

Aliados recomendam a equipe desistir de novo ajuste fiscal

Líderes deixaram claro na reunião de 2.ª que FHC terá de arcar com custo de compensação

CÉSAR FELÍCIO
e GERSON CAMAROTTI

BRASÍLIA - O governo federal terá de arcar sozinho com o ônus de impor medidas que compensem a perda de receita de R\$ 2,38 bilhões causada por sua derrota no Supremo Tribunal Federal (STF). Na reunião na noite de segunda-feira com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a cúpula dos partidos aliados deixou claro que não apoiará um novo ajuste fiscal e recomendou expressamente que o governo desista de nova emenda constitucional para criar a cobrança previdenciária para inativos.

“Foi um jato de água fria no governo”, disse o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI). O primeiro a atacar a medida foi o presidente e líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA). “Eu não recomendo emenda agora”, disse o senador, segundo o relato de participantes do encontro.

Birra - Jader citou a impossibilidade política de fazer tramar uma emenda cujo conteúdo foi derrotado por unanimidade no STF. “Não dá para fazer birra. Temos de respeitar a decisão do Supremo.” O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), também fez ressalvas: “O PFL pode apoiar o envio de uma proposta neste sentido, desde que ela seja previamente submetida aos ministros do STF, para que não se corra o risco de uma nova derrota”, disse.

Responsável pela coordenação política do governo federal, o PSDB foi mais discreto, mas não endossou o envio da emenda. O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (SP), lembrou que há vários temas que poderiam ser incluídos no ajuste fiscal, entre eles, emendas constitucionais que revêem o tratamento de precatórios judiciais e limitam gastos com Câmaras Municipais.

Frieza - Jader leu para o presidente trechos do depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, na CPI do Sistema Financeiro no Senado, em 20 de maio, em que ele propôs uma série de medidas para aumentar a arrecadação. Entre elas, a taxação de remessas ao exterior para pagamento de juros. Everardo disse na CPI que a medida poderia significar uma receita anual de R\$ 1 bilhão.

A reação do presidente foi fria. Fernando Henrique disse que conhecia os estudos feitos por Everardo desde 93, quan-

REAÇÃO FOI 'JATO DE ÁGUA FRIA', DIZ SENADOR

do era ministro da Fazenda. “Everardo entende tudo de matéria tributária, mas temos que atentar nos interesses da economia do País como um todo”, comentou, segundo participantes da reunião. Bornhausen também fez propostas ao presidente: retirar R\$ 700 milhões depositados no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e usar R\$ 1,2 bilhão de fundos previdenciários dos militares.

Na opinião de Jader, Fernando Henrique ficou “aliviado” com a atitude dos aliados, contrária à equipe econômica. “Nem sempre os burocratas estão em sintonia com a opinião pública e senti que o presidente estava sendo pressionado pela sua equipe.”